



O imaginário como estrutura semiótica dos sintomas positivos da psicose paranoica: uma interface entre semiótica cognitiva e psicanálise¹

Marcus Lepesqueur²

Resumo: A partir de uma análise dos sintomas positivos da psicose paranoica, este artigo propõe uma interlocução entre a semiótica cognitiva e a psicanálise. Pretende-se mostrar que a iconicidade pode constituir um sistema epistemológico que serve de pano de fundo para a semioses delirante. A adesão ao imaginário, característica da psicose lacaniana, torna-se, aqui, equiparável à predominância de um esquema icônico que modula a interação entre o sujeito psicótico e o outro. Por fim, apresenta-se um modelo preliminar da semiose delirante, capaz de oferecer uma inteligibilidade, em termos cognitivos, para o processo empático sobre o qual se desenrola os sintomas positivos da psicose.

Palavras-chave: Semiótica Cognitiva; Psicanálise; Psicose Paranoica; Iconicidade.

¹ DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.161243>.

² Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil, com estágio Doutoral na Universidade de Limoges, França. Endereço para correspondência: marcus.le@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7252-1951>.

Introdução

De maneira geral, podemos distinguir três grandes grupos de sintomas que perpassam a descrição das psicoses: o empobrecimento das atividades emocionais e cognitivas, a dissociação e, por fim, os chamados sintomas de primeira ordem, ou sintomas positivos.

Os sintomas positivos têm uma proeminência particular no diagnóstico das psicoses principalmente pela influência desse conceito na psiquiatria europeia e pela ênfase dada a eles desde o DSM-III (Tandon et al., 2013, p. 3). Os sintomas positivos, destacadamente a alucinação e o delírio, são tipicamente característicos de quadros de psicose e, ainda que em manuais diagnósticos possam aparecer caracterizando outros quadros nosológicos, isso ocorre de maneira restrita. O delírio e a alucinação constituem-se como um dos elementos mais importantes na clínica e no diagnóstico psiquiátrico das psicoses.

Embora tenham sido fenômenos amplamente estudados no último século, o delírio e a alucinação continuam sendo temas controversos. De forma geral, a descrição dos processos cognitivos envolvidos na produção desses sintomas permanece sendo um desafio para as teorias das psicopatologias (Dalgarrondo et al., 2003, p. 192). Um dos principais problemas repousa sobre o conceito de cognição como representação simbólica, que subjaz às teorias de processamento de informação e que, conseqüentemente, determina a forma como os sintomas positivos podem ser tratados dentro desse paradigma.

No contexto das teorias cognitivas de processamento de informação, tanto o delírio quanto a alucinação são definidos, basicamente, como uma representação simbólica falsa, já que não se pode encontrar no mundo objetivo aquilo que eles representam. As teorias dedicam-se, assim, a explicar e descrever o mecanismo subjacente a essa falsa representação e a diferença entre ela e outras experiências de base não mórbida. Nessa perspectiva, *grosso modo*, a alucinação e o delírio são compreendidos ora como uma consequência de déficits e alterações nos processos perceptuais e/ou atencionais, ou seja, como um prejuízo de seleção ou recepção dos *inputs* sensoriais que são processados; ora como uma desordem em alguma “capacidade” cognitiva responsável pelo tratamento das informações perceptuais, ou seja, como um efeito de processos anormais de inferência, de abstração, de auto-monitoramento, de meta-representação, entre outros.

No entanto, as críticas mais recentes dentro das Ciências Cognitivas aos modelos de processamento da informação têm tentado ultrapassar essa topologia lógica que define a cognição ora como representação de algo exterior, ora como projeção de algo interior (Varela; Thompson; Roch, 1991, p. 172). Nessa perspectiva, estudar cognitivamente a formação dos sintomas positivos das psicoses e sua relação com a linguagem significa conceituar esses sintomas,

não na sua dimensão de representação simbólica, mas como processos de semiose, isto é, de produção de significado, corporalmente ancorados, que se articulam em um discurso. Mas como podemos compreender o delírio e a alucinação através dos processos semióticos?

Historicamente, no campo da teorização do delírio, é notável que certas vertentes da psiquiatria, principalmente as correntes organicistas, já haviam tomado esse sintoma como um fenômeno semiótico, ainda que esse termo não tenha sido sistematicamente utilizado. No centro da concepção organicista, existiu uma distinção entre o fenômeno primário, de causa orgânica hipotética, que introduzia um elemento heterogêneo na experiência do paciente (por exemplo: vivências corporais, sentimentos enigmáticos, alterações psicomotoras etc.), e um fenômeno secundário, de elaboração ou construção delirante, diríamos semiótica, que visava a explicar esse fenômeno primário (Miller, 2009, p. 3). Um exemplo clássico desse tipo de análise é a descrição de Clérambault (1920/1942, p. 458) do delírio como uma reação “imaginativa”.

Já no campo da teorização sobre alucinações esse debate é ainda embrionário, principalmente porque a alucinação continua sendo definida e tratada como uma experiência essencialmente perceptual que ocorre sem um estímulo externo (por exemplo: a definição do DSM-V), o que pode ocultar seu caráter semiótico. De maneira geral, os modelos de processamento de informação explicam a alucinação como uma consequência da dificuldade de pacientes de discriminar o que seria um estímulo interno (evento imaginado) e um estímulo externo (evento real).

Além do imbróglio filosófico que essa topologia interior/exterior provoca, existem várias razões, mesmo no âmbito das teorias de processamento de informação, para questionar esse tipo de descrição³. Já foi notado que as alucinações nas psicoses possuem características específicas: são comumente auditivas, envolvendo prototipicamente vozes, o que inclusive levou vários autores a adotar a nomenclatura da alucinação como um fenômeno verbal em oposição a um fenômeno perceptual. Sendo a alucinação uma formulação imaginativa do paciente, não apenas o seu formato sógnico obriga-nos a inseri-la no âmbito da semiótica, mas também a necessidade de se explicar como seria possível uma articulação linguística e todas as alterações sintático-gramaticais necessárias para que a voz da alucinação possa ser interpretada como um fenômeno heterônomo, o que implica alterações de dêiticos, de processos de

³ Os resultados discrepantes entre estudos experimentais que analisaram a capacidade de pacientes de distinguir um evento imaginado e um evento apresentado, aliadas à compreensão de que a percepção não depende apenas de um processamento bottom-up, mas é fortemente influenciada por um processamento top-down (o que inclui desde compensações e ajustes perceptuais, que são realizados pelo sistema cognitivo, a depender de fatores contextuais, até processos interpretativos, que dependem das expectativas do observador), têm levado pesquisadores a reformular a questão sobre a gênese da alucinação, mesmo dentro do paradigma do processamento da informação (Aleman et al., 2003).

referenciação e de interpretações ilocucionais (tais como as de ordem e de comando, frequentemente presentes no relato dos pacientes). Como foi bem lembrado por Hinzen e Rosselló (2015, p. 5), existe um perfil característico das vozes da psicose. Por que as vozes não falam em primeira pessoa? E por que há a predominância de imperativos? É difícil imaginar como a resposta a essas perguntas possa passar fora do escopo de uma teoria semiótica.

Se de fato podemos realocar o debate sobre o delírio e a alucinação fora de uma teoria do processamento da informação, a questão central para este trabalho é a possibilidade de se destacar, na semiose do delírio e da alucinação, os elementos invariantes que esses sintomas reproduzem. Para isso, parece-me profícuo seguir a teorização proposta no âmbito da psicanálise lacaniana, tanto em virtude da aproximação de Jacques Lacan com uma teoria semiótica, quanto pela sua descrição estruturalista. Por diversas razões que pretendo apresentar aqui, mostra-se especialmente pertinente o uso particular que esse autor fez do conceito de fenômenos elementares e o deslocamento que ele produziu para tratar do delírio e da alucinação fora de uma explicação representacional.

O termo fenômeno elementar foi utilizado no contexto da psicanálise lacaniana para se referir a esses elementos estruturais da psicose. Lacan apropria-se do conceito, retirando-o do âmbito da causalidade orgânica, ao sugerir que o delírio é, em si, um fenômeno elementar – e não uma elaboração secundária –, no sentido de que ele reproduz “a mesma força estruturante” (1956-57, p. 28) que encontramos em outros fenômenos da psicose. Essa virada conceitual, aliada à primazia da linguagem na abordagem de Lacan, aproximou ainda mais o conceito de delírio à noção de semiose e fundou a base na qual a tradição lacaniana pode afirmar que o “delírio é uma interpretação” (Miller, 2009, p. 19) e o paranoico é “fundamentalmente um intérprete” (Quinet, 2002, p. 7).

A descrição lacaniana a respeito do delírio é especialmente adequada aqui por captar tanto a crítica à abordagem representacional quanto a possibilidade de se tratar o fenômeno por um viés semiótico:

Se ele [um psicótico] encontra na rua um carro vermelho – um carro não é um objeto natural – não é por acaso, dirá ele, que esse passou naquele exato momento. Interroguemo-nos a respeito dessa intuição delirante. Esse carro tem uma significação, mas o sujeito é muito frequentemente incapaz de precisar qual. Será ela favorável? Será ameaçadora? Sem dúvida, o carro está ali por alguma razão. Desse fenômeno, seja ele o mais indiferenciado, podemos ter três concepções completamente diferentes. Podemos encarar a coisa sob o ângulo de uma aberração perceptiva. Não creiam que estejamos tão longe disso. Não faz muito tempo, era nesse nível que era posta a questão de saber o que de uma maneira elementar o sujeito alienado sentia. Talvez fosse ele um daltônico, que vê verde o vermelho, e inversamente. Talvez ele não distinga a

cor. Podemos ainda encarar o encontro com o carro vermelho no regísto do que se passa quando o pintarroxo encontrando um seu congênere, exhibe-lhe o plastrão que lhe dá o seu nome. Demonstrou-se que essa vestimenta dos pássaros corresponde à guarda dos limites do território, e que o encontro por si só determina certo comportamento em relação ao adversário. O vermelho tem aqui uma função imaginária que, na ordem precisamente das relações de compreensão, traduz-se pelo fato de que esse vermelho para o sujeito tê-lo-á feito ver vermelho, parecer-lhe-á trazer em si mesmo o caráter expressivo e imediato da hostilidade ou da cólera. Enfim, podemos compreender o carro vermelho na ordem simbólica, a saber, como é compreendida a cor vermelha num jogo de cartas, isto é, enquanto oposta ao preto, como fazendo parte de uma linguagem já organizada (Lacan, 1956-57, p. 18).

A citação nos interessa principalmente pela ideia de que a intuição delirante, se tratada fora do ângulo representacional de uma “aberração perceptiva”, é um fenômeno de significação e que esse fenômeno pode ser descrito segundo operações, nós diríamos semióticas, distintas. Lacan irá notar certa “adesão” (1954-55, p. 306) ou “reação em cadeia” (1956-57, p. 104) de um modo de operação, identificado e nomeado por ele de imaginário, na psicose. Esse modo de operação funciona como uma matriz estruturante de diversos sintomas, especialmente aqueles ligados à paranoia.

Lacan utiliza o termo imaginário para designar um modo de organização transitivista ou especular do ego. No jargão psiquiátrico, o transitivismo refere-se ao comportamento tipicamente infantil em que o sujeito atribui ou transmite, de maneira reflexiva e intercambiável, aquilo que ele vivencia a outra pessoa. Lacan tenta demonstrar que esse transitivismo é um modo de operação constitutivo do ego, que se forma a partir de uma síntese alienada do outro.

O conceito de imaginário ocupa um espaço considerável na teorização lacaniana, especialmente entre os anos de 1936 a 1953, e sua extensão não poderia ser reproduzida aqui. No entanto, se reduzirmos esse conceito à sua dimensão de função, ou seja, de uma operação que estabelece uma relação entre elementos, é possível uma aproximação entre a terminologia da psicanálise lacaniana e a semiótica. Essa aproximação se dá em termos da distinção entre uma operação sígnica, calcada na relação de similitude (nomeada, no âmbito da psicanálise lacaniana, pelos conceitos de imaginário, relação especular, transitivismo etc., e caracterizada como uma iconicidade, no âmbito da semiótica de matriz peirceana), e uma função sígnica calcada na relação diferencial entre os elementos e mediada por um terceiro termo (identificada em ambos os domínios como uma função simbólica).

É fato que a bibliografia psicanalítica produziu proporcionalmente muito mais estudos sobre a relação da teoria lacaniana com a semiologia de Saussure do que com a semiótica de Peirce, ainda que essa última referência tenha se tornado uma constante no ensino de Lacan a partir de 1960 (Cardoso, 2012, p. 166). Foi bem lembrado por J. A. Miller, no apêndice do Seminário 23 de Lacan, que é da leitura do *Collected Papers*, de Peirce, apresentado a Lacan por Jakobson, que o psicanalista extraiu sua definição do signo utilizada no Seminário 7 e de onde toma emprestado o quadrado lógico utilizado no Seminário 9.

A aproximação entre os conceitos de imaginário e de simbólico com a terminologia de Peirce é evidenciada pelo próprio Lacan, em um contexto em que ele se distancia das teorias linguísticas e se aproxima das indagações semióticas:

Um tal de Charles Sanders Peirce construiu sua lógica sobre isso, o que, devido à ênfase que ele atribui à relação, o leva a fazer uma lógica trinitária. É exatamente a mesma via que percorro, com a diferença de que eu chamo as coisas em questão pelo nome que têm – simbólico, imaginário, real, nessa ordem exata (Lacan, 1975-76, p. 117).

Não é nosso objetivo advogar por uma articulação específica entre a semiótica de Charles Peirce e a Psicanálise Lacaniana. De início, concordo com a afirmação de Cardoso (2012, p. 166) de que a elaboração lacaniana aproxima-se do Peirce logicista, mas se afasta do Peirce metafísico, já que o realismo peirciano parece incompatível com a perspectiva psicanalítica. Esse me parece o motivo pelo qual Lacan, na citação, explicita uma “ordem exata” dessa lógica ternária, dando ao simbólico o primeiro lugar. Além disso, “ao contrário da concepção de Peirce, o signo na psicanálise encarna a inconsistência da ordem simbólica, e de maneira alguma uma simples limitação cognitiva relativa ao caráter parcial de toda interpretação” (Cardoso, 2012, p. 175), como faz supor Peirce.

O que é necessário substituir no esquema de Peirce para que esteja de acordo com a minha articulação do discurso analítico? É muito simples. Quando se trata da cura analítica, só existe, como representamen, o objeto *pequeno a* (Lacan, 1971-72, Leçon XII, 21 juin 1972, p. 179, tradução nossa)⁴.

Guardadas as proporções da aproximação entre o conceito de imaginário e de iconicidade em Peirce, o objetivo aqui é destacar a coerência entre a análise lacaniana das psicoses e uma descrição de natureza semiótica do delírio e da alucinação.

⁴ No original: “Qu’est-ce qu’il faut au schéma de Peirce, substituer pour que ça colle avec mon articulation du discours analytique? C’est simple comme bonjour, à l’effet de ce dont il s’agit dans la cure analytique, il n’y a pas d’autre representamen que l’objet petit a.”

De início, então, cabe aqui responder: o que seria essa adesão ao imaginário, ou viés de organização icônica? A resposta a essa pergunta depende de uma articulação, ainda incipiente, entre a semiótica cognitiva e a psicanálise.

2. Iconicidade, mimese e imaginário

A concepção do ícone como um signo que compartilha uma similitude com aquilo que ele representa cresceu na tradição de Peirce, mas se tornou uma verdadeira querela teórica nas décadas de 1960 e 1970, especialmente a partir da aplicação da metodologia semiótica aos estudos de fenômenos e objetos visuais, como o cinema e a pintura (Morgagni; Chevalier, 2012, p. 92). Um dos pontos centrais da crítica à concepção de signo icônico refere-se à pressuposição, em certo sentido tautológica, de que existiria uma relação pré-semiótica de similitude entre o significante icônico e o significado que ele representa, o que explicaria o próprio processo de semiose. O problema é que estabelecer uma relação de isomorfismo entre um significante e um significado é em si um processo de semiose. A problemática da similitude do ícone (como ela é possível e como ela é regulada) constituiu um núcleo importante do debate na semiótica, mais recentemente retomado pelo viés das ciências cognitivas.

A crítica à iconicidade da década de 1960 é emblemática no artigo de Bierman (1963, p. 245), que argumenta que, se nos calcarmos nas relações de semelhança, dada a possibilidade de estabelecer categorias gerais, qualquer coisa no universo pode iconicamente denotar outra coisa. Esse é um problema importante do ponto de vista semiótico, porque, apesar de as relações de similitude estarem potencialmente em toda parte, nem por isso nós transformamos tudo em signo.

Mas, se a iconicidade coloca um problema para a compreensão dos processos semióticos, por outro lado, ela parece lançar luz no processo de significação do sujeito paranoico, capaz de interpretar signos de sua perseguição – ou de qualquer outra convicção que se encontra na base do sistema delirante – em toda sorte de coisas banais. Essa “desregulação” do pensamento psicótico foi bem apresentada por Teixeira (2007) ao evocar o caráter movediço, pletórico e instável do conhecimento paranoico⁵, que opera sob uma configuração de similitude – eu diria icônica – da realidade.

Tal como ocorre no caso do delírio paranoide, ao qual jamais faltará um signo que possa ser interpretado de acordo com a convicção que se encontra na base do sistema delirante, não faltará tampouco, ao conhecimento, elementos que possam ser acoplados na trama semântica da semelhança. O problema é que as relações tramadas pela semelhança não encontram em si mesmas nenhuma

⁵ Expressão lacaniana que se refere tanto ao conhecimento produzido pelo sujeito paranoico quanto ao aspecto paranoico do conhecimento.

estabilidade própria. Elas somente se fixam para o conhecimento ao serem remetidas a outra similitude, a qual, por seu turno, invoca outras similitudes, de modo que cada semelhança só vale pelo acúmulo de todas as outras. Assim como o paranoico se exaure na decifração indefinida dos signos que a ele se revelam em seu espasmo interpretativo, é preciso, para o conhecimento, que o Mundo inteiro seja percorrido para que a mais tênue das analogias seja justificada (Teixeira, 2007, p. 142).

A paranoia mostra que o iconismo pode constituir um sistema epistemológico à parte, ainda que a questão central continue a mesma, seja para um semiótico, seja para um psiquiatra. Para o primeiro, se a similitude pode servir de pano de fundo para o processo de semiose, é preciso explicar, entre outras coisas, como ela pode ser regulada, de maneira a não se dissipar em relações infinitas; para o segundo, é preciso explicar porque a semiose delirante se estabiliza em tipos relativamente definidos e não em uma infinidade de casos particulares. Eu acredito que a investigação em ambos os campos tende a uma resposta comum: o fato de que toda semiose tem na sua base o corpo, em um processo de interação intersubjetivo face-a-face, como referência dêitica e centro sensorio-motor.

A saída tradicional da semiótica para a questão da iconicidade, baseada principalmente nos estudos de objetos visuais, foi propor que o ícone, de maneira semelhante ao símbolo, também opera sob certas regras e parâmetros que selecionam certos aspectos em detrimento de outros (Eco, 1978, p. 152-153). Essa perspectiva, em oposição aos teóricos que afirmaram o caráter natural dos signos icônicos, tirava da similaridade o estatuto de natural e o colocava como uma operação semiótica, cultural e corporalmente especificada.

Mais recentemente, o debate sobre a iconicidade ganhou novamente espaço, dessa vez especialmente influenciado pelas pesquisas em ciências cognitivas. Eco resume essa retomada da discussão da década de 1970 a partir da distinção de três problemas principais, que apareciam inicialmente indiferenciados: “i) a natureza icônica da percepção, ii) a natureza fundamentalmente icônica do conhecimento e iii) a natureza dos chamados signos icônicos”⁶ (2000, p. 339, tradução nossa). Aqui, distingue-se o efeito de reconhecimento icônico, isto é, a possibilidade de se estabilizar e identificar uma *gestalt* perceptual⁷ (o problema i), e o efeito da ilusão referencial, isto é, a

⁶ No original: “(i) the iconic nature of perception, (ii) the fundamentally iconic nature of knowledge in general, and (iii) the nature of so-called iconic signs”.

⁷ Não pretendo entrar aqui no complicado debate a respeito do reconhecimento icônico (ou iconicidade primária), ou seja, da percepção e estabilização de uma qualidade percebida, ou sobre a maneira como essa percepção pode se tornar um predicado de um objeto. Aqui, basta a noção de que o reconhecimento icônico é a possibilidade de toda experiência de similitude: “O ícone é um fenômeno que funda toda possibilidade de julgamento da similitude, mas ele não pode ser em si mesmo fundado pela similitude” (Eco, 2000, p. 103, tradução nossa).

possibilidade de se relacionar essa *gestalt* com outra experiência (problema ii e iii)⁸.

O que distingue o ícone do símbolo não seria, portanto, a dicotomia entre convencional e natural, mas o fato de que certas propriedades (sejam elas de natureza perceptual, experiencial ou conceitual) do objeto semiótico icônico possam ser, sob certas condições, relacionadas às propriedades ou relações de outro objeto. Isso dependente, naturalmente, de que dois itens, sob certa perspectiva, possam ser colocados em um fundo (*ground*) icônico comum, o que os torna aptos a entrar em uma função semiótica e constituir, a partir disso, um signo icônico (Sonesson, 1998, p. 38-39).

Se nós retomarmos a pergunta anterior sobre como o signo icônico pode se estabilizar, de maneira a não se dissipar em relações de similitude infinitas (ou a pergunta correlata de como a semiose delirante se estabiliza em tipos relativamente definidos e não em uma infinidade de casos particulares), a resposta passa pela maneira como o processo semiótico se constituiu necessariamente em situações de interação corporificadas e intersubjetivas (face-a-face). O corpo, em um processo de interação comunicativa, serve de centro de referência dos processos de iconicidade, não apenas por se constituir como um ponto dêitico experiencial do processo (um tipo de ponto zero), mas também por suas possibilidades perceptuais e motoras, que formam o fundamento sobre o qual a iconicidade pode se instaurar. Eu proponho aqui tomar a experiência empática, entendida como um processo semiótico icônico, como o protótipo da produção de sentido delirante.

Os signos semióticos constituem-se em processos intersubjetivos e comunicativos e eles estão na base das nossas experiências corpóreas sensório-motoras e, conseqüentemente, na base de nossas estruturas conceituais. As categorias de objetos estabelecem-se na consciência em processos de interação, seja ela de natureza físico-causal, através de signos indexicais, seja ela de natureza empática, através de signos icônicos, ou, por fim, seja ela de natureza sócio-convencional, através de signos simbólicos⁹ (Brandt, 2007, p. 49-50). O ato enunciativo e a corporeidade do sujeito enunciador compõem os dois polos essenciais da estabilização do processo semiótico.

As experiências empáticas são icônicas, de maneira idêntica às experiências descritas pela psiquiatria sob o rótulo de transitivismo infantil, porque elas são resultado de uma representação mimética, ou seja, são efeitos de um traço

⁸ Como mostra Fontanille (2015, p. 11), ainda que o reconhecimento icônico e o efeito referencial geralmente coincidam na experiência cotidiana, casos como os das imagens produzidas por aparatos técnico-científicos, e eu acrescentaria também os processos de semiose delirante, mostram como o processo de produção e interpretação dessas *gestalts* perceptuais pode ser desconectado, de maneira que um novo conjunto de regras precisa ser estabelecido para possibilitar sua compreensão.

⁹ E toda a arquitetura semiótica que a combinação desses processos de interação pode produzir.

perceptual que é semiotizado pelo sujeito, de maneira especular a sua própria experiência, em um signo expressivo. A *mimese* tem aqui um papel fundamental e é provavelmente o mecanismo cognitivo subjacente a essa operação icônica. Por *mimese*, entendemos não apenas a habilidade de imitar um determinado comportamento, mas fundamentalmente a dimensão representacional dessa imitação, ou seja, a capacidade de reatuar ou representar por analogia um evento ou uma relação.

A habilidade de mimetizar um comportamento, tal como um bebê que imita um padrão facial, como um sorriso, ou um padrão comportamental, como a utilização de uma ferramenta, não tem a princípio um fim comunicativo. Mas, ontogeneticamente e filogeneticamente, como sugere Donald (1991, p. 168), essa habilidade evolui rapidamente, em especial a partir da imitação de padrões vocais e de expressões faciais, em um sistema semiótico padronizado de sinais, iconicamente representados, e, provavelmente, constitui a base comunicativa sobre a qual a linguagem simbólica se desenvolve¹⁰.

Padrões posturais ou movimentos que imitam uma determinada ação podem, via uma representação especular, ser semiotizados, passando a ser sinais gestuais que reapresentam um determinado evento. De maneira semelhante, padrões vocais e expressões faciais podem representar emoções, como medo, raiva ou surpresa. A possibilidade de se representar a partir de uma reatuação um evento temporal e espacialmente deslocado – tal como alguém que expressa a intenção de caçar, imitando padrões vocais, faciais e gestuais envolvidos na experiência da caça – é possivelmente o mecanismo através do qual as formas linguísticas se tornam fundamentalmente ligadas a padrões sensório-motores (Perniss; Vigliocco, 2014, p. 2). Por outro lado, a possibilidade de interpretar padrões emocionais a partir de gestos expressivos – tal como a interpretação de um sorriso – é possivelmente o mecanismo através do qual as formas linguísticas podem se tornar fundamentalmente ligadas a padrões emocionais. Em ambos os casos, a iconicidade é a estrutura fundamental.

Um aspecto central dos processos de *mimese* é que, uma vez semiotizada, a imitação passa a não se restringir apenas a comportamentos motores, mas também aos padrões emocionais e intencionais ligados a esses comportamentos. Isso parece se relacionar aos achados empíricos recentes, no âmbito da psicologia do desenvolvimento e da cognição social, que têm sugerido que crianças, mesmo antes da aquisição de linguagem oral, podem não apenas imitar o movimento “literal” do adulto, mas também o que esse intencionava fazer, mesmo quando a ação imitada foi incompleta ou mal sucedida. As crianças são assim capazes de

¹⁰ E, a despeito da evolução oral-simbólica da nossa cultura, as representações miméticas – sejam puras, como, por exemplo, uma pantomima ou uma dança, ou híbridas, como, por exemplo, uma peça de teatro ou um ritual religioso – têm um papel central nas trocas sociais humanas e têm efeitos importantes nos padrões coletivos de comportamento e habilidades cognitivas (Donald, 1991).

mimetizar não apenas o comportamento “superficial”, mas também estados emocionais, desejos e intenções, a partir da interpretação de sinais expressivos (Meltzoff; Decety, 2003, p. 494).

Aqui, nós reencontramos o conceito do transativismo infantil da psiquiatria clássica, ou de relação especular utilizados por Lacan, à luz da teoria semiótica: a capacidade de projetar empaticamente é um dos modos básicos da operação icônica.

3. Semiose paranoica

A título de exemplo, analisemos alguns trechos transcritos de entrevistas conduzidas com pacientes diagnosticados com esquizofrenia paranoide, publicados em Lepesqueur (2017¹¹)¹².

[1] Que- há muito tempo que eu ve- que eu reparo esse negócio que tá gravando. Tudo que eu tô falando, essas coisas assim eu sei que tá gravando. Porque pra psicólogo, pra... pra cês psicólogo tem- precisa de uma gravação pra o que eu falei não parecê sê mentira, entendeu? Isso não é novo pra mim. Quando eu venho aqui no psiquiatra também, entendeu, eu fico pensando assim, deve tá gravando minha voz assim. Eu olho, então tem escuta assim, todo mundo pensa isso quando se fala de um assunto que tá só aqui, né?

MAS SE ELE- SE ELE FOR GRAVÁ, ELE VAI TE PEDI, IGUAL EU TE PEDI.

Sei.

PODE TÊ CERTEZA. É ISSO QUE É O CORRETO.

Agora é a primeira vez que tão falando isso comigo. Primeira ou segunda vez.

OS PROFISSIONAIS DAQUI, OS PROFISSIONAIS DAQUI SE ELES FOREM- TENHO CERTEZA QUE ELES VÃO FAZÊ ISSO.

[2] Aí eu quero que a voz do mal desapareça só... a do bem fique. Mas tá difícil. É uma corda bamba. Uma de um lado e outra do outro.

O QUE A VOZ DO BEM TE FALA?

Não- não faz nada de mal pras pessoas. Não mata ninguém. Mas a outra, a outra tá querendo, né? [?]

¹¹ O estudo foi aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética número 21711313.9.0000.5149) e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética número 21711313.9.3001.5119).

¹² As transcrições respeitaram certos padrões de pronúncia, tais como a ausência da fricativa glotal surda (/r/) nos infinitivos verbais, ausência de morfema de plural e reduções como “tá”, para “está”, ou “cê”, para “você” etc. Foram utilizados os sinais ortográficos padrões para entonação (vírgula, interrogação, ponto final), reticências, para marcar pausas prolongadas. Nas transcrições, o símbolo (??) foi utilizado para fragmentos incompreensíveis da gravação; neologismos foram marcados com asterisco (*) e estruturas abandonadas com hífen (-). Os trechos em caixa alta representam as falas do entrevistador.

O trecho [1] ilustra bem a típica interpretação paranoica em que o paciente acredita estar sendo vigiado, (ou o delírio correlato chamado de irradiação de pensamento¹³, em que ocorre o mesmo fenômeno, mas sem essa elaboração da passagem por um mecanismo intermediário, como uma escuta ou uma câmera). O trecho “Eu olho, então tem escuta” instancia bem esse momento da interpretação paranoica.

Nesse caso, a iconicidade refere-se não apenas à relação de similitude entre a escuta e ouvido (ou a câmera e o olhar) do outro perseguidor, mas, fundamentalmente, refere-se ao fato de que a subjetividade que essa escuta re-apresenta, só pode ser compreendida pelo paciente empaticamente, isso quer dizer, tendo como referência, especular, sua própria experiência. Voltaremos a isso mais adiante.

Comparativamente, em [2], o trecho “É uma corda bamba. Uma [voz] de um lado e outra do outro” ilustra bem a elaboração metafórica secundária da semiose da alucinação. Nesse trecho, a instabilidade psicológica e a experiência da alucinação de vozes é simbolicamente expressa na imagem de uma “corda bamba”. Mas, se, por um lado, a participante da pesquisa pode representar metaforicamente (e simbolicamente) a alucinação na imagem da corda bamba, por outro lado, ela não pode fazer o mesmo na compreensão da voz alucinatória que lhe é direcionada. Novamente, a voz remete e reafirma, especularmente, o discurso da própria paciente. Seja no delírio, seja na alucinação, essa interpretação empática (icônica) é o mecanismo fundamental.

Se podemos reunir o delírio e a alucinação paranoica sob o mesmo princípio da interpretação empática do olhar do outro, é porque, como foi ressaltado por Soler (2002), as vozes alucinatórias, retomando a expressão de Lacan, são um tipo de “sonorização do olhar”. Essa expressão, a meu ver, refere-se ao fato de que, na psicose paranoica, a voz é, antes de tudo, o índice de que o sujeito se encontra submetido ao olhar do outro e ao julgamento – especular – que isso implica.

A especularidade entre o delírio/alucinação e o discurso do próprio paciente é bem representada no trecho do *corpus* em [3], a seguir, e se resume no paralelo entre a questão que a paciente se faz, a saber, o que impede as pessoas de matá-la (“Eu peço todo mundo pra me matá”), e a questão que a voz alucinatória lhe coloca, a saber, o que a impediria de matar as pessoas (“Mata aquela pessoa, mata a sua mãe”).

[3] Eu peço todo mundo pra me matá, até hoje ninguém quis.
CÊ PEDE?
Eu peço.

¹³ Irradiação do pensamento refere-se à sensação de que os pensamentos do paciente são acessíveis a outras pessoas.

MAS POR QUE QUE VOCÊ PEDE?
Eu quero morrer, uai. Eu detesto eu. [?]. Cê podia me matá, ning- ninguém- não- não vai dá nada pra você porque você é importante.
NÃO. AQUI NINGUÉM PODE MATÁ NINGUÉM.
Pode.
PODE NÃO. AQUI NÃO. NEM VOCÊ PODE MATÁ NINGUÉM, NEM NINGUÉM PODE TE MATÁ. É A REGRA DAQUI.
Uai, eu achei que podia.
NÃO.
Uma hora...
PODE FICÁ TRANQUILA QUE AQUI ISSO NÃO PODE.
Todo mundo é covarde então, né?
É A REGRA, NÉ? NÃO PODE.
Você podia me matá.
NÃO POSSO.
Pode. Não vai dá nada pra você, por causa você é importante.
NÃO TEM ISSO. AQUI NÃO PODE. NÃO PODE NINGUÉM. PODE SÊ IMPORTANTE, PODE NÃO SÊ IMPORTANTE, NINGUÉM PODE.
Ninguém vai me matá aqui?
NÃO.
Eu queria morrer. Queria não, quero.
CÊ CONSEGUE ME FALÁ MAIS UM POUCO DESSA VOZ QUE VOCÊ OUVI?
Ah... essa voz? É isso pra mim que eu falei com cê ué. Ela fica mandando eu... Uma- é uma voz do bem e outra do mal.
AH, É UMA VOZ DO BEM E UMA DO MAL?
É. Acho que é por isso que eu não consegui é... matá ou agredi as pessoas. A do bem fala: não faz isso. E a outra: faz. Mata aquela pessoa, mata a sua mãe.

O mesmo fenômeno especular ocorre também no trecho [4], a seguir. No referido trecho, a impressão do paciente de que ele está sendo chamado de homossexual (“Aonde que eu vô tem gente me chamando de chato, de louco e de homossexual”) ou de estar se transformando em homossexual (“E já me deram uns remédios pra mim que... o rohydorm, por exemplo, melhorô, melhorô... melhorô o... eu fiquei mais alerta, mais isso, mais aquilo, mas me dá uma sensação de bi- bissexualidade” e “Então eu fico achando que até quando me dá esse remédio quer estudá o porquê que alguém virô homossexual”) tem um paralelo claro com as questões do próprio paciente sobre a sexualidade (“Eu não queria- eu não quero isso pra mim, entendeu? Eu não quero alcançá aquele cabeção, assim, sê inteligente e sê homossexual. Não sei porque tem esse duelo em mim, entendeu?”).

[4] Aonde que eu vô tem gente me chamando de chato, de louco e de homossexual, entendeu? Alguns se irritaram com isso,

às vezes a sociedade de... de gay, assim, a sociedade gay e... e outra se não for muito muito ríspido, né? Eu não era- não era a pessoa que eu era, por convívê com muitos machistas, entendeu? E tava me tornando machista. Aí... foi isso que aconteceu comigo, mas eu nunca agredi, nunca agredi um homossexual. Num num, se aconteceu dessas vezes de agredi pai e mãe, mas eu tava sob medicamento. O medicamento tava me fazendo raiva. E quando eu escrevi num blog sobre homossexual, e tudo e tal, assim tem que aprendê computador, eu queria falá das mulhé homem que, sabe? Que aparece na tela quando cê vai num.. num site, noutra site, essas coisas assim, aí eu num entendo- eu num entendo comê que é sê homossexual. Mas nem por isso me dá direito de me intrometê, entendeu?

CÊ DISSE QUE AS PESSOAS FICAVAM TE CHAMANDO DE..?

Não, é... porque tinha uma brincadeira na L. no meu bairro, mais ou menos comê que era, sabe? Tava pegando muito. Quem era homossexual era muito... todo mundo gosta de gozá, entendeu? Isso até hoje ainda tem na sociedade. Talvez até a própria pessoa que é homossexual e...eu eu não sô porque desde criança eu lembro que gostava de menina, gosto de menina. Quando eu vô chegá numa mulher, eu tenho que chegá com-preparo todo, quero chegá bem bem aparentado pra ela, e pra homem eu já num quero, entendeu? E já me deram uns remédios pra mim que... o o rohydorm, por exemplo, melhorô, melhorô... melhorô o... eu fiquei mais alerta, mais isso, mais aquilo, mas me dá um sensação de bi- bissexualidade. Eu não queria- eu não quero isso pra mim, entendeu? Eu não quero alcançá aquele cabeção, assim, sê inteligente e sê homossexual. Não sei porque tem esse duelo em mim, entendeu? Mas é porque eu lembro da L. falando assim- por exemplo, mulher, eu ainda continuo tendo é... sensação de prazer com mulher, entendeu? Então eu fico achando que até quando me dá esse remédio quer estudá o porquê que alguém virô homossexual, alguma coisa assim?

O que esses dois últimos trechos mostram é que, como foi bem notado por Lacan (1956-57), seja no delírio, seja na alucinação, o sujeito psicótico recebe, do outro, a sua própria mensagem, via uma semiose empática: “[nossa paciente] recebe dele sua própria fala, mas não invertida, sua própria fala está no outro, que é ela mesma, o outro com minúscula, seu reflexo no seu espelho, seu semelhante” (p. 63-64).

Seja na instanciação mais ou menos direta da relação entre o sujeito e um perseguidor, tal como interpretada em [1], seja nas elaborações metafóricas dessa relação, como em [2], seja nas alucinações das vozes, como em [3], ou no delírio de ser transformado em homossexual, como em [4], em todos os casos, a relação empática do sujeito com um antagonista constitui a cena predicativa

privilegiada sob a qual se desenrola a articulação sintática e textual do discurso dos pacientes.

O que eu gostaria de sugerir aqui é que a adesão ao imaginário, característica da psicose lacaniana, é equiparável, em certa medida, à predominância desse esquema icônico de interação, e que é sobre esse pano de fundo que o delírio e a alucinação se articulam em uma estrutura textual e discursiva. O delírio paranoico, ou erotomaníaco, constrói-se a partir da tomada de um percepto como um signo expressivo, portanto, empaticamente compreendido, da intencionalidade de um antagonista e, posteriormente, da sua articulação discursiva. Nós estamos aqui no limite da proto-semiose, pois encontramos uma relação intersubjetiva, mas não comunicativa. *O signo da perseguição revela a intencionalidade, mas não é intencional.*

Em termos dos processos de construção de significado, importantes na descrição da forma como o delírio e a alucinação se articulam em um discurso, esse modo de operação icônico aparece na forma de um núcleo conceptual esquemático que: 1) ora organiza os processos de construção de significado; 2) ora é diretamente elaborado e instanciado, de maneira mais ou menos precisa, nas formas linguísticas.

Em relação ao primeiro caso, Lepesqueur (2015), analisando expressões metafóricas utilizadas por uma paciente com esquizofrenia, argumenta que uma parte significativa do delírio é composta por mesclas conceptuais, com a particularidade de que essas mesclas são repetidamente organizadas em torno de um esquema de interação semiótico entre um antagonista e o sujeito. Dessa maneira, se, por um lado, as diversas construções metafóricas empregadas pela paciente em questão têm uma estrutura de domínios muito semelhante àquelas que fazem parte da linguagem ordinária, por outro lado, elas gravitam em torno da relação da paciente com um antagonista, o que gera efeitos de integração conceptual particulares.

O modelo de Brandt (2007), inspirado em uma semiótica narrativa greimasiana¹⁴, pode ser um ponto de partida interessante para a descrição dessa relação icônica. No trabalho citado, o autor representa o conjunto de interações semióticas, a partir de um modelo fundamental, descrito em termos de um “drama multi-subjetivo” (2007, p. 48), envolvendo três tipos básicos de interação esquematicamente representada: uma relação entre o sujeito e um atrator, via atração indexical; outra relação entre o sujeito e um antagonista, em uma projeção icônica; e uma relação entre o sujeito e um adjuvante, em uma relação simbólica. A relação icônica projetiva, definida por Brandt (2007, p. 49) como “incorporar”, “acessar”, “se apoderar” e “detectar”, descreve bem as relações

¹⁴ A semiótica narrativa não se refere a uma teoria de análise de narrativas, mas à base narrativa de toda semiose.

estabelecidas entre pacientes e entidades delirantes em sintomas clássicos da esquizofrenia. A formulação de Brandt (2007) de que o antagonista pode se constituir tanto como um inimigo, quanto como alguém em uma relação de intimidade erótica (em ambos os casos, a iconicidade é um modo semiótico predominante) explicita as duas principais vertentes do delírio: o persecutório e o erotomaniaco. Esse aspecto polivalente foi também notado por Lacan, que caracteriza a função imaginária como uma relação “não neutralizada, posto que funciona igualmente no plano da relação agressiva e no da relação erótica” (Lacan, 1957-58, p. 420).

4. Um modelo preliminar da enunciação no delírio e na alucinação

Em uma série de artigos recentemente publicados, Brandt (2016a; 2016b; 2016c), retomando um modelo utilizado por Rosenbaum e Sonne (1986), propõe, por meio da noção de *dêixis*, uma estrutura enunciativa geral a partir da qual a semiose se desenrola. Essa estrutura enunciativa tem o objetivo de explicitar o fato de que todo signo, na sua forma significante¹⁵ e significado, é intrinsecamente relacionado a uma situação de enunciação, entendida como uma estrutura semiótica envolvendo um ato intersubjetivo e comunicativo. Eu acredito que nós podemos esboçar, a partir dessa perspectiva, um modelo preliminar da enunciação no delírio paranoico.

Brandt (2016a; 2016b; 2016c) parte da característica inerentemente intersubjetiva e localizada dos dêiticos para representar, esquematicamente, a estrutura enunciativa. A *dêixis* é, na linguística, tanto uma função referencial quanto um sistema de ancoragem do signo no espaço, no tempo e na pessoa da enunciação. Justamente por isso, a estrutura do dêitico inclui tanto a enunciação, no seu aspecto comunicativo e intersubjetivo, quanto a possibilidade da construção de uma referenciação.

Colocar uma sacola de compras na mesa para lembrar que você deve ir ao supermercado no dia seguinte, enviar flores para alguém no dia do seu aniversário ou colocar uma placa de trânsito indicando que determinado caminho é proibido são atos dêiticos. Os atos dêiticos são atos semióticos em que um sujeito enunciador (a primeira pessoa ou P1) transmite um significado a um sujeito enunciatário (a segunda pessoa ou P2) ao produzir ou utilizar um significante, tal como a sacola, as flores ou a placa (a terceira pessoa ou P3). Esses significantes possuem alguma relação mais ou menos direta com o significado indicado e com o momento da enunciação (como o tipo da sacola, o

¹⁵ Utilizei aqui o termo “significante” no sentido estritamente semiótico e não no sentido atribuído por Lacan. Apesar das semelhanças, Lacan irá dedicar parte significativa das suas reflexões à demonstração do efeito de certo excedente pulsional (na forma do objeto A) agindo no interior do sistema significante. Trata-se de uma tentativa de conectar o significante à sua dimensão afetiva, tentativa essa que ainda não foi devidamente assimilada pelas teorias semióticas.

momento temporal em que as flores são entregues ou o lugar onde a placa foi colocada). O ponto importante a respeito dos dêiticos para a compreensão da estrutura da enunciação é que a sua inteligibilidade depende fortemente, por um lado, da pressuposição de um vínculo intersubjetivo e comunicativo, e, por outro, de uma referência compartilhada de certos aspectos da realidade. É a partir daí que o autor pôde desenvolver a estrutura esquemática da enunciação.

Brandt (2016a; 2016b; 2016c) representa esse conjunto de instâncias da estrutura enunciativa da dêixis a partir da tríade primeira, segunda e terceira pessoa. Essa tríade interage entre si, tanto em uma perspectiva dialógica (em que as instâncias se alternam) quanto em uma perspectiva recursiva (quando uma instância contém em si as demais). A estrutura enunciativa completa dos dêiticos, representada na Figura 1, contém os dois tipos de iteratividade.

Figura 1: Estrutura enunciativa da dêixis.



Fonte: BRANDT, 2016a; 2016b; 2016c.

Os três desdobramentos da relação P1-P2-P3, representados na figura, são necessários porque o ato dêitico é recursivo. Um sujeito (P1 da parte central da figura) só pode transmitir a um interlocutor (P2) um significante (P3), a partir de uma estrutura precedente (na parte mais à esquerda da figura), em que uma Instância de Autoridade (função A) determina o que é importante (um conjunto de valores em jogo¹⁶) em certo Domínio Referencial (R). É essa estrutura precedente, em nome da qual o sujeito fala, que fornece os princípios que fazem determinado significante relevante em determinado contexto e que suporta e justifica o ato enunciativo, garantindo sua força performativa. Por sua vez, é somente a partir das duas primeiras tríades que um significante (em P1, na parte mais à direita da figura) pode transmitir ao seu enunciatário um determinado significado. Mas essa significação não pode ser alcançada pelo enunciatário sem

¹⁶ Em uma comunicação pessoal, Brandt sugere que essa instância A funda um conceito de verdade do qual emana o poder performativo do signo (alguma coisa é verdade segundo tais e tais ditames legais).

a compreensão retroativa do Domínio de Referência e da Instância de Autoridade na qual o discurso se ancora (processo representado pela seta pontilhada da figura).

O uso da letra A em maiúscula para representar a Instância de Autoridade é uma referência explícita de Brandt ao conceito lacaniano do grande Outro: “Eu estou usando o símbolo A de Jacques Lacan (para ‘le grand Autre’, a autoridade, a lei) para inscrever a função na estrutura dêitica” (2016b, p. 5)¹⁷. O conceito de Instância de Autoridade, que valida o ato semiótico, não tem um correlato claro no quadro das ciências cognitivas, mas corresponde à ideia expressa por Foucault do “lugar” a partir do qual o sujeito fala (Brandt, 2016b, p. 5).

Para esclarecer, imaginemos o exemplo analisado por Brandt (2016b, p. 7) de um dêitico tal como uma placa de trânsito indicando a um motorista que ele não pode acessar uma determinada rua.

Figura 2: Sinal de trânsito.



Fonte: Brandt, 2016b.

A interpretação desse signo, para além do domínio do código, nesse caso a interdição, depende de uma referência compartilhada entre enunciadores sobre o domínio de referência (R) da placa (nesse caso, a circulação de veículos, um aspecto específico da vida territorial de uma comunidade). O espaço no qual a placa foi colocada indica qual das ruas não pode ser acessada e essa proibição deve ser compreendida em termos desse domínio R (existe um motivo que torna o significante e sua interdição relevantes e esse motivo está relacionado à segurança no tráfego de veículos). A eficácia do signo depende ainda de que esse ato comunicativo seja legitimado por uma determinada instância (no caso da placa, uma instância de legalidade e um interesse social comum) que autoriza a interdição e justifica sua força performativa¹⁸.

Eu gostaria de propor um esquematismo preliminar, com base nesse modelo, sobre o processo de construção de significado no delírio paranoico. Acredito que a interpretação delirante pode ser bem compreendida a partir desse processo de ancoragem do significante em um Domínio de Referência e em uma

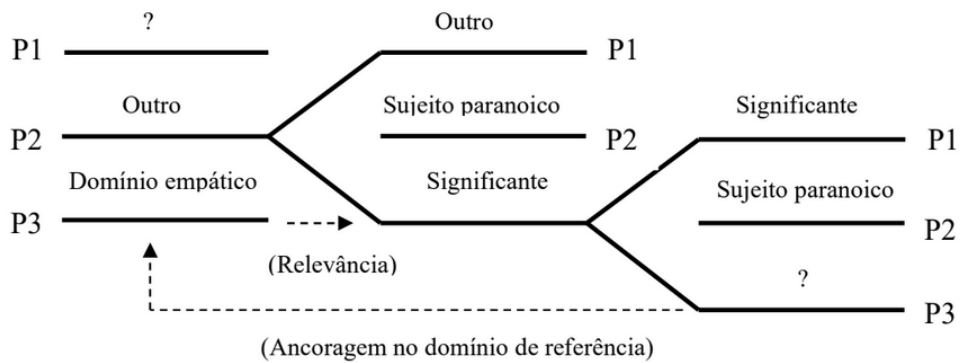
¹⁷ No original: “I am using Jacques Lacan’s symbol A (for ‘le grand Autre’, the authority, the Law) to inscribe the function in the deictic structure” (Brandt, 2016b, p. 5).

¹⁸ A condição de sucesso dos performativos foi introduzida na teoria dos atos de fala de Austin (1962).

Instância Enunciativa de Autoridade. Essa intuição está presente em Rosenbaum e Sonne (1986), ainda que não em uma perspectiva cognitiva como aquela descrita aqui. Nesse trabalho, os autores sugerem que a incompreensibilidade do discurso esquizofrênico se relaciona ao fato de que a sua ancoragem em uma situação de fala, com sua dimensão temporal, espacial e pessoal, é “instável” e “não marcada textualmente” (1986, p. 24).

Eu gostaria de propor uma inversão na maneira como a questão foi colocada por esses autores, pensando não as estratégias de produção do objeto semiótico (perspectiva do enunciador), mas as estratégias de identificação e interpretação (na perspectiva do enunciatário) desse objeto. Nessa perspectiva, nós teríamos o seguinte modelo:

Figura 3: Enunciação na interpretação paranoica.



Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista do enunciatário, o significado (representado pelo ponto de interrogação no canto inferior direito) é, de início, desconhecido. Para remontar a cadeia semiótica e chegar a uma significação, o enunciatário deve conhecer o Domínio de Referência (R) e a Instância de Autoridade (A) no qual o discurso se ancora.

A produção de significado no delírio paranoico pode ser representada nesse modelo por uma espécie de viés de interpretação que 1) ancora o significante sempre em um domínio empático (em que a pertinência do discurso se dá em torno de relação face-a-face do sujeito com o outro) e 2) tem como Instância de Autoridade não a perspectiva do falante, mas a perspectiva do próprio sujeito via uma interpretação empática. O primeiro ponto é o fundamento daquilo que Grivois identifica como o “concernimento” (1995, p. 16) da psicose (em que tudo concerne ao paciente e o paciente concerne a todos); o segundo ponto

representa aquilo que vem sendo discutido ao longo deste texto sobre o fenômeno da iconicidade¹⁹.

A partir desses modelos, nós podemos retomar o trecho em [4], parcialmente reproduzido a seguir, em que um dos participantes da pesquisa, com diagnóstico de esquizofrenia, relata a crença de que o médico lhe dá um medicamento (que “dá uma sensação de bi- bissexualidade”) com o intuito de “estudá o porquê que alguém virô homossexual”.

[5] Então eu fico achando que até quando me dá esse remédio que estudá o porquê que alguém virô homossexual, alguma coisa assim?

Se o medicamento pode ser tomado como um significante a ser interpretado – com uma significação a princípio desconhecida (a interrogação mais à esquerda da Figura 3) –, essa interpretação se dá em termos de um domínio empático (R), ou seja, sua relevância gira em torno da relação face-a-face do paciente. É por isso que o medicamento, antes de tudo, pode representar a intenção do médico *em relação* ao paciente²⁰.

Mas a qual instância de autoridade o médico responde (a interrogação mais à direita da Figura 3)? O que nesse jogo face-a-face é relevante para o médico? Iconicamente, o significante é interpretado a partir da própria experiência do enunciatário²¹, como se o médico respondesse à mesma Instância de Autoridade do paciente. Assim como o paciente, que se questiona sobre “o porquê desse duelo”, com todos os seus julgamentos morais sobre essa questão, o médico partilha do mesmo interesse. A escolha do medicamento não é fruto de um procedimento institucional (caso em que o médico responde às ordens do hospital) ou de um saber científico (caso em que o médico age de acordo com um valor de conhecimento preestabelecido). Movido por um interesse pessoal, que concerne ao paciente, a respeito da homossexualidade, o medicamento é um dêitico que revela o interesse do médico em “estudá o porquê que alguém virô homossexual”²².

É importante notar que essa não é uma forma extraordinária de conceptualização, mas sim um processo que ocorre corriqueiramente. A fim de exemplificar o mesmo tipo de interpretação, fora de um contexto patológico,

¹⁹ Do ponto de vista da produção, eu acredito que esse tipo de descrição possa também ser útil na explicação de fenômenos como a glossolalia e as experiências de automatismo mental (alguma coisa fala através de mim) ao mostrar que é possível separar, na enunciação, o significante de nós mesmos e do pensamento que ele representa.

²⁰ O medicamento poderia ser interpretado de diversas outras maneiras que não concernem a priori ao paciente. Em diferentes Domínios de Referência, a relevância do significante “medicamento” levaria a outras possibilidades de significação.

²¹ Como foi discutido sobre a representação mimética na seção 2.

²² Aqui, o significante “medicamento” e o contexto de internação provavelmente contribuem para a interpretação final de que se trata de um “estudo”.

analisemos uma ocorrência semelhante: trata-se de um enunciado real, proferido em um congresso, quando o microfone de uma palestrante para de funcionar e ela diz, como uma piada: “estão querendo cortar a minha fala”. Note que se trata de um evento (o microfone parar de funcionar) que, de forma semelhante, é tomado como um signo (não-intencional) e interpretado em termos de uma relação face-a-face persecutória: o evento revela a intenção de alguém impedir a fala da palestrante²³. Nesse caso, ocorre um processo metonímico no qual o efeito é tomado como causa – cortar a fala passa de efeito do evento para causa do evento. A compreensibilidade dessa estrutura de causalidade mostra que essa é uma forma possível de conceptualização, mas que parece ser sistemática na psicose paranoica. O fato é que nunca teremos certeza se o microfone parou de funcionar por causa de um agente externo ou uma série de eventos naturais. Trata-se de uma interpretação sobre o domínio de referência de um dado evento no espaço semiótico.

Conclusão

O modelo de enunciação apresentado aqui oferece uma inteligibilidade em termos cognitivos para o processo empático da psicose paranoica: para mim (e para o outro), tal será o contexto relevante e o sistema referencial no qual o signo que me foi direcionado deve ser interpretado. Quanto mais forte é essa compreensão empática, mais as fronteiras entre o sujeito paranoico e a alteridade se desfazem.

Secundariamente, toda essa relação enunciativa pode ser recursivamente encadeada em outras estruturas semióticas de maneira que pouco a pouco o sujeito elabore essa experiência, desdobrando o sistema delirante. Como o outro poderia saber alguma coisa que eu fiz, algo que eu pensei ou desejo? Vários processos metafóricos e metonímicos atuam nessa elaboração a fim de que o sujeito possa explicar como essa relação enunciativa empática é possível. A construção delirante pode ir desde o aparato tecnológico comum (como a câmera, o ponto de escuta) até o “registrador de pensamento” de Estamira²⁴.

Nós podemos levar um pouco mais longe esse modelo e, ainda que de maneira especulativa, explorar algumas de suas consequências para a clínica das psicoses. Se de fato nós podemos atribuir aos sintomas da paranoia, e talvez a outros fenômenos das psicoses, uma origem na interpretação enunciativa mimética, é possível pensar que a reintrodução no discurso de outra Instância de Autoridade – fora da relação empática – seja capaz de produzir efeitos terapêuticos. O trecho [3] parece emblemático dessa estratégia.

²³ Alguém que, assim como a própria palestrante, considera a fala perigosa ou polêmica (aqui encontramos a Instância de Autoridade) e que, portanto, precisaria ser interrompida.

²⁴ Personagem esquizofrênica do documentário Estamira, de Marcos Prado.

No referido trecho, ao reiterar uma instância enunciativa institucional (a regra institucional, de que ali ninguém pode matar), fora da relação entrevistador-paciente, o entrevistador permite ao paciente sair de uma relação face-a-face quase persecutória (na constatação de que alguém, inclusive o entrevistador, poderia matá-lo) e retomar no discurso a questão pessoal do seu próprio desejo (a vontade de morrer). Essa estratégia reúne tanto a reintrodução de outra Instância de Autoridade no discurso (a instituição e suas regras) quanto a mudança no domínio de referência sobre a qual esse discurso se ancora (em que a questão da morte não passa pela relação intersubjetiva, face-a-face do entrevistador-paciente, mas pelo próprio desejo da paciente). Esse corte na cena predicativa sujeito-antagonista, que pode facilmente degenerar a relação paciente-médico em uma relação persecutória ou agressiva, parece ser uma estratégia fundamental na clínica da paranoia²⁵. Esse me parece ser um dos motivos pelos quais autores como Zanoni (2007) colocam a relação terapeuta-paciente como ponto fundamental do tratamento das psicoses. Em uma perspectiva mais geral, é baseado nesse mesmo raciocínio que Lacan se opôs às abordagens empáticas da psicologia e da psicanálise, na crítica ao que o autor chama de interpretação “ego a ego” (1953-54, p. 44). Se de fato esta análise está correta, uma clínica empática da paranoia, na melhor das hipóteses, não faz nada além de repetir aquilo que a própria paranoia produz.

Por fim, vale ressaltar que um modelo enunciativo da paranoia, como o que foi apresentado aqui, é fundamental para que possamos elucidar os processos cognitivos envolvidos na produção dos sintomas positivos. Esse tipo de modelo permite reintroduzir a dimensão simbólico-comunicativa da mente nos modelos cognitivos sobre a psicose. ●

Referências

BIERMAN, Arthur Kalmer. That There Are no Iconic Signs. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 23, n. 2, 1963. p. 243-249.

BRANDT, Per Aage. On Consciousness and Semiosis. *Cognitive Semiotics*, n. 1, 2007. p. 46-64.

BRANDT, Per Aage. From Mirrors to Deixis. – Subjectivity, Biplanarity, and the Sign, 2016a.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/292606761_From_Mirrors_to_Deixis_-_Subjectivity_Biplanarity_and_the_Sign?ev=prf_pub>. Acesso em: 1 nov. 2019.

²⁵ Note que a paciente insiste em uma interpretação interpessoal (as pessoas não me matam porque “Todo mundo é covarde”), ou de que essa regra institucional é falha (“Não vai dá nada pra você, por causa você é importante”). Parece-me que é fundamental a insistência na presença dessa outra Instância de Autoridade (que não o próprio médico), pois é ela que impede que a relação médico-paranoico não se degenera (mesmo que eu tenha coragem, ou que eu seja importante, eu não o poderia fazer).

- BRANDT, Per Aage. Deixis – a Semiotic Mystery: Enunciation and Reference. *Cognitive Semiotics*, v. 9, n. 1, 2016b. p. 1-10.
- BRANDT, Per Aage. Word, Language, and Thought – a New Linguistic Model, 2016c. Disponível em: <https://www.academia.edu/26465142/Per_Aage_Brandt_Word_Language_and_Thought_a_New_Linguistic_Model>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- CARDOSO, Mauricio José d'Escragnolle. Peirce, Lacan e a questão do signo indicial. *Ágora*, v. 15, n. 1, 2012.
- CLÉRAMBAULT, Gaëtan Gatian de. Automatismes mentaux et scission du moi. In: CLÉRAMBAULT, G. G. D. *Oeuvre complète*. Paris: PUF, 1942.
- DALGALARRONDO, Paulo et al. Delírio: características psicopatológicas e dimensões comportamentais em amostras clínicas. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 52, n. 3, 2003. p. 191-199.
- DONALD, Merlin. *Origins of the Modern Mind. Three Stages in the evolution of Human Cognition*. Cambridge: Harvard UP, 1991.
- ECO, Umberto. Pour une reformulation du concept de signe iconique. *Communications*, v. 29, n. 1, 1978. p. 141-191.
- ECO, Umberto. *Kant and the platypus. Essays on language and cognition*. London: Vintage, 2000.
- GRIVOIS, Henri. *Le Fou et le mouvement du monde*. Paris: Grasset, 1995.
- HINZEN, Wolfram; ROSSELLÓ, Joana. The linguistics of schizophrenia: thought disturbance as language pathology across positive symptoms. *Frontiers in psychology*, v. 6, 2015.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1953-54.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1954-55.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1956-57.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1957-58.
- LACAN, Jacques. *Le Séminaire, Livre 19: Ou Pire*. [S.l.]: Version AFI, 1971-72.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975-76.
- LEPESQUEUR, Marcus. *Transitividade na esquizofrenia: comparação dos relatos orais de eventos psicóticos entre grupos clínico e não clínico*. Tese de Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- LEPESQUEUR, Marcus. Schémas des interactions sémiotiques dans la construction du sens délirant. *Semiotica*, v. 2015, n. 205, 2015. p. 207-228.
- MELTZOFF, Andrew.; DECETY, Jean. What imitation tells us about social cognition: a rapprochement between developmental psychology and cognitive neuroscience. *Philosophical Transactions of The Royal Society B Biological Sciences*, v. 358, n. 1431, 2003. p. 491-500.
- MILLER, Jacques-Alain. A invenção do delírio. *Opção Lacaniana Online*, n. 5, 2009.
- MORGAGNI, Simone; CHEVALIER, Jean-Marie. Iconicité et ressemblance : une remontée sémiotique aux sources de la cognition. *Intellectica*, v. 58, 2012. p. 91-171.

PERNISS, Pamela.; VIGLIOCCO, Gabriella. The bridge of iconicity: from a world of experience to the experience of language. *Home / Philosophical Transactions of the Royal Society B*, v. 369, n. 1651, 2014.

QUINET, Antônio. A paranoia hoje. In: QUINET, A. *Na mira do Outro: a paranóia e seus fenômenos*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

ROSENBAUM, Bent.; HARLY, Sonne. *The language of psychosis*. New York: New York University Press, 1986.

SOLER, Colette. A paranóia no ensino de Jacques Lacan. In: QUINET, A. *Na mira do outro: a paranóia e seus fenômenos*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

SONESSON, Göran. That There Are Many Kinds of Iconic Signs. *Visio*, v. 1, n. 1, 1998. p. 33-54.

TANDON, Rajiv et al. Definition and description of schizophrenia in the DSM-5. *Schizophrenia Research*, v. 150, n. 1, 2013. p. 3-10.

TEIXEIRA, Antônio Marcio Ribeiro. *A soberania do inútil*. São Paulo: Annablume., 2007.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROCH, Eleanor. *A mente corpórea*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

ZANONI, Alfredo. Comment s'orienter dans le transfert. *Clinicaps: Impasses da Clínica*, n. 1, 2007.

📄 The imaginary as a semiotic structure of positive symptoms of paranoid psychosis: an interface between cognitive semiotics and psychoanalysis

👤 LEPESQUEUR, Marcus

Abstract: Departing from an analysis of positive symptoms of paranoid psychosis, this paper proposes a dialogue between cognitive semiotics and psychoanalysis. It is intended to show that iconicity can constitute an epistemological system that serves as a ground for delusional semiosis. Here, the adhesion to the imaginary, an attribute of Lacanian psychosis, becomes comparable to the predominance of an iconic scheme that modulates interaction between psychotic subject and the other. Finally, we present a preliminary model of delusional semiosis that provides cognitive intelligibility for the empathic process in which the positive symptoms of psychosis is unfold.

Keywords: cognitive semiotics; psychoanalysis; paranoid psychosis; iconicity.

Como citar este artigo

LEPESQUEUR, Marcus. O imaginário como estrutura semiótica dos sintomas positivos da psicose paranoica: uma interface entre semiótica cognitiva e psicanálise. *Estudos Semióticos* [on-line]. Volume 16, número 1. Dossiê temático “Semiótica e Psicanálise”. São Paulo, julho de 2020, p. 98-121. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

LEPESQUEUR, Marcus. O imaginário como estrutura semiótica dos sintomas positivos da psicose paranoica: uma interface entre semiótica cognitiva e psicanálise. *Estudos Semióticos* [online]. Vol. 16.1. Thematic issue: Semiotics and Psychoanalysis. São Paulo, July 2020, p. 98-121. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: year/month/day.

Data de recebimento do artigo: 20/08/2019.

Data de aprovação do artigo: 03/12/2019.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons License CC BY-NC-SA 4.0.

